



A experiência social de travestis e transexuais com o Sistema de Segurança Pública: produção e reprodução de significados

Marcelli Cipriani¹, Profa. Dra. Beatriz Aginsky² (orientador)

Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Grupos de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH)

Resumo

O presente estudo propõe-se, em aspecto geral, a analisar como se constroem as experiências sociais de travestis e transexuais junto ao Sistema de Segurança Pública de Porto Alegre, atentando-se aos significados sociais por elas atribuídos como resultado das referidas vivências, e de que forma estes irão refletir em suas relações com os demais indivíduos. Em adição objetiva-se, especificamente, investigar a possível presença de discriminações de gênero no âmbito do elucidado sistema, a partir da atuação e expressão dos agentes que o integram, bem como averiguar a existência de processos de enfrentamento e de resistência a tais ocorrências. Por fim, igualmente tem-se como intento avaliar como são tratadas as necessidades sociais e as requisições por acesso a direitos da população trans, visando ao esclarecimento dos processos de reconhecimento e de negação a tais prerrogativas.

Para a persecução do escopo aludido a pesquisa alicerçou-se, em âmbito, em metodologia qualitativa, focalizando-se na aplicação de formulários orientadores de entrevistas semi-estruturadas tanto com gestores e técnicos do Sistema de Segurança Pública do RS, quanto com travestis e transexuais que já experienciaram pessoalmente o contato com o dito sistema. Posteriormente, procedeu-se à transcrição literal das entrevistas feitas, a fim de que estas pudessem ser examinadas a partir da técnica de análise de conteúdo. Também tem sido fundamental no adensamento das análises a revisão bibliográfica que vem acompanhando todo o estudo, valendo-se tanto da ampla produção científica interdisciplinar, bem como da

¹ Aluna da Faculdade de Ciências Sociais da UFRGS e da Faculdade de Direito da PUCRS. Bolsista de Iniciação Científica, vinculada ao GEPEDH.

² Professora e Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora do GEPEDH.

pesquisa documental feita com fontes de outros âmbitos - como atas, jornais, registros estatísticos, revistas, etc.

Dessa forma, até o momento foram efetuadas entrevistas com três operadores do Sistema de Segurança Pública do RS envolvidos no debate dos direitos humanos e do acesso qualificado às pessoas pelos órgãos de sua administração, e igual exercício foi realizado com seis travestis, possuidoras de experiências diretas com o sistema em questão. Em decorrência, revelaram-se múltiplas questões pertinentes à análise como, por exemplo, a consonância da atuação de trabalhadores da segurança pública rio-grandense com os direitos humanos, o tratamento nominal adequado por parte dos mesmos, a carteira de nome social concedida às travestis mediante decreto estatal e, também, certa romantização dos movimentos sociais por parte de atores neles envolvidos.